

As consequências sociais do avanço tecnológico no capital rentista: a precarização e a simplificação do trabalho bancário contemporâneo no Brasil

Júlio Ramon Teles da Ponte¹

RESUMO

O presente artigo discute as consequências sociais do avanço tecnológico para o trabalho no setor bancário. Inegavelmente, a tendência de substituição do trabalho vivo pelo trabalho morto na produção, antevista por Karl Marx nos *Grundrisse*, acirra-se, de forma radical, a partir da incorporação dos avanços tecnológicos da Terceira Revolução Técnica. De forma análoga, o setor financeiro passa a incorporar gradativamente as inovações técnicas da microeletrônica, fazendo emergir um incomensurável esqueleto automatizado no universo bancário. Essas incorporações dos avanços tecnológicos, ao serem absorvidas pelo capital rentista, impulsionaram uma explicitação da “forçadetrabalho” bancária crescentemente supérflua. Assim, a partir dos anos 1980, o setor bancário brasileiro passa a demitir anualmente inúmeras centenas de bancários, contribuindo para o agravamento do drama social do desemprego em massa. Nesse cenário, emerge um perfil para o “novo bancário” voltado para as vendas e intermediações financeiras objetivando a rentabilidade exigida pelo setor. Com a crescente automação do capital financeiro, as rotinas bancárias mecanizadas são incorporadas, intensamente, pelo maquinário informatizado. Em verdade, esse processo de automação bancária impulsiona uma dinâmica de “qualificação-desqualificante” adaptada ao setor bancário, como expressão de um novo saber-fazer fragmentado e simplificado no universo dos bancos. Esse procedimento contínuo de substituição do trabalho vivo pelo trabalho objetivado na esfera financeira aponta para uma tendência de subsunção real do trabalho vivo bancário ao capital rentista, sem que haja possibilidades de retorno.

Palavras-chave: Capital rentista. Trabalho bancário. Crise do capital.

DECIFRANDO A FONTE MILAGROSA: O CAPITAL RENTISTA NA TEORIA DO VALOR MARXIANA

Já no *Manifesto do Partido Comunista*, de 1848, Marx e Engels formulam indicações do caráter expansionista do sistema capitalista cuja marca é a internacionalização de sua volúpia em busca de novos mercados, objetivando potencializar a sua reprodução ampliada. Os autores tratam desse movimento da transnacionalização do capital, no *Manifesto*, na seguinte passagem:

¹UFC. Contato: ramonponte@bol.com.br

A burguesia não pode existir sem revolucionar continuamente os instrumentos de produção e, por conseguinte, as relações de produção, portanto todo o conjunto das relações sociais[...] o contínuo revolucionar da produção, o abalo constante de todas as condições sociais, a incerteza a agitação eternas distinguem a época burguesa de todas as precedentes. Todas as relações fixas e cristalizadas, com seu séquito de crenças e opiniões tornadas veneráveis pelo tempo, são dissolvidas, e as novas envelhecem antes mesmo de se consolidarem. Tudo o que é sólido e estável se volatiliza, tudo que é sagrado é profanado[...] A necessidade de mercados cada vez mais extensos impele a burguesia para todo globo terrestre. Ela deve estabelecer-se em toda parte, instalar-se em toda parte, criar vínculos em toda parte. Através da exploração do mercado mundial, a burguesia deu um caráter cosmopolita à produção e ao consumo de todos os países. (MARX; ENGELS, 1986, p. 12).

Ao mesmo tempo, o capitalismo em expansão tende a modificar valores culturais, políticos, jurídicos e religiosos em seu benefício e em escala mundial, não resultando disso quaisquer compromissos ditos sociais ou humanitários. Dessa forma, Marx tinha em mente que se fazia necessário um estudo sistemático e complexo para se chegar às determinações mais profundas do metabolismo do capital. Nesse sentido, somente a partir de 1858, ou seja, dez anos após a publicação do *Manifesto*, surgem os primeiros frutos dessa empreitada, num amplo material de pesquisa que ficou conhecido como *Grundrisse*. Em seguida, vieram as obras *Para Crítica à Economia Política*, *Teorias da Mais-valia* e *O Capital*. São, basicamente, essas obras em que o autor vai deixar a marca mais significativa de sua trajetória intelectual, sobretudo no que se refere à teoria do valor.

Marx parte da importância do dinheiro como o equivalente geral das trocas no sistema do capital, passando a incorporar uma finalidade em si mesmo como o ente da dominação abstrata. Com efeito, o dinheiro, que na ordem do capital assume a condição de nexos social, ganha autonomia e se constitui como poder social geral. Assim, o poder social do indivíduo pode ser mensurado pela quantidade de dinheiro acumulada. Desse raciocínio, Marx identifica, no poder abstrato do dinheiro, o embrião das relações impessoais de produção, essenciais para o desenvolvimento da predominância do sistema do capital, uma vez que confere ao metabolismo independência com relação às vontades individuais. Assim, o fundamento do poder social referido na acumulação do dinheiro implica no embotamento das formas de dominação embasada nos laços pessoais.

Para identificar a raiz do poder abstrato encarnado pelo dinheiro, o autor faz uma análise lógico-histórica das trocas, apontando o surgimento do equivalente geral justamente quando da conversão das trocas simples em trocas complexas. Nota-se o esforço analítico de Marx ao

investigar os nexos históricos e dialéticos incorporados na análise do surgimento do dinheiro como incorporação do poder social totalizante. Nos limites que interessam a este artigo, será dado enfoque especial à questão dos enlaces entre o capital produtivo e o capital financeiro. De fato, as determinações de tal relação não eram, à época do autor, cristalinas e perceptíveis sob um olhar pouco rigoroso, merecendo uma minuciosa análise na tentativa de torná-las palpáveis, num cenário “onde tudo aparece de forma invertida” (MARX, 1978, p. 132). O estudo das imbricações entre essas duas formas de capital – rentista e produtivo – é essencial para a elucidação dos desdobramentos atuais acerca do sistema do capital e suas crises, posto que os fenômenos observados na superfície da esfera socioeconômica – tais como a mundialização do capital, o endividamento da maioria das nações, as taxas de juros, enfim, as partes dos eventos observáveis – são “meros” reflexos da totalidade que abrange as relações intercapitais.

Em momentos específicos, Marx aborda a relação entre o capital rentista e o capital produtivo. Em *O Capital*, eleva-se a dedicar mais especificamente ao capital rentista a partir do “Livro Terceiro”, “Capítulo XXIII”, e, em *Teorias da Mais-Valia*, no capítulo intitulado “O Rendimento e Suas Fontes”. Nessas passagens, o autor deixa claro que a relação entre essas duas formas de capital compõe, conjuntamente à renda da terra, o metabolismo sistêmico do capital. De fato, somente de forma aparente ou analítica se pode separar o capital produtivo do capital que rende juros. Marx, no entanto, reconhece que em suas formas pretéritas o capital rentista, de fato, encarnou um segmento que gozava de certa independência, mas quando da solidificação conferida ao capitalismo como sistema produtor, o rentismo é incorporado ao sistema do capital, consolidando-se como uma de suas partes indissociáveis.

Com o capital produtivo fica patente a relação essencial do sistema caracterizado pelo “instrumento de pescar trabalho alheio”, como diz Marx. Nessa esfera se tem o fundamento da acumulação do capital, a saber, a reprodução do valor. Nesse contexto, ocorre a extração da mais-valia que se processa na interação entre capital constante e capital variável. Nele também se verifica a substituição – pela incorporação de novas tecnologias – do trabalho vivo pelo trabalho morto, a partir da tendência crescente da composição orgânica do capital e, conseqüentemente, do incremento da produtividade. No entanto, Marx percebe que a esfera da produção representa tão somente um dos momentos-parte que compõem a engrenagem do metabolismo global do sistema do capital, em que a esfera da circulação se reveste, igualmente, de suma importância para realização da mais-valia.

Na forma de capital comercial, o capital aparece como relação entre pessoas que realizam trocas livremente. A relação social presente na produção entre capital e trabalho não se apresenta nesse contexto de forma visível. Na forma de capital rentista, essas aparências se tornam ainda mais nebulosas. Aparentemente, o banqueiro, ao cobrar juros sobre o dinheiro emprestado,

é o grande vilão do sistema, uma vez que opera taxas nos empréstimos bancários dirigidos tanto aos detentores do capital produtivo quanto também aos demais segmentos sociais, numa atividade improdutiva meramente especulativa. O capital rentista aparece, dessa forma, como uma esfera autônoma, como um ente capaz de gerenciar os movimentos do dinheiro a um preço predeterminado. Tal distorção é desvelada por Marx nos seguintes termos:

No capital a juros se completa esse fetiche automático, de um valor que se valoriza a si mesmo, de um dinheiro que faz dinheiro, de sorte que, nesta forma, não traz mais o estigma de seu nascimento. A relação social se completa como relação da coisa 'dinheiro-mercadoria' consigo mesma (MARX, 1978, p. 132).

Marx salienta ainda que tanto na produção quanto na circulação o capital deve retornar ao seu ponto de partida como dinheiro ampliado. Esse retorno é a configuração da reprodução do valor em que há a metamorfose real: “a mercadoria transformando-se nas condições de sua produção e as condições de sua produção novamente em forma de mercadoria”. Agora, contendo mais-valia. Dessa condição, “a mercadoria transformando-se em dinheiro e dinheiro em mercadoria”, e assim sucessivamente, num processo de reprodução ampliada, sempre retornando ao ponto em que principia o movimento, “como dinheiro, como mercadoria ou como forma do próprio processo de produção”, configurando os ciclos das metamorfoses do capital: capital dinheiro, capital mercantil e capital produtivo.

Esse retorno do capital rumo à sua origem, por sua vez, ocorre como capital rentista de forma autônoma, separado de sua forma assumida no capital produtivo. Na realidade, o banqueiro empresta dinheiro ao capitalista da produção e somente nas mãos deste irá circular no processo de produção, retornando como capital dinheiro. Para o capitalista rentista, o dinheiro se faz capital sem passar pelo processo de produção. Como diz Marx, “ele não o tem para gastá-lo”, mas para emprestá-lo enquanto capital: “o dinheiro, apenas, troca de mãos”. O retorno ocorre quando do pagamento para o banqueiro do empréstimo tomado pelo capitalista da produção, já acrescido dos juros, que nada mais é do que o seu preço.

O capitalista da esfera produtiva, ao tomar dinheiro ou outros valores por empréstimo do capitalista rentista, está comprando o direito de utilização dessa mercadoria (dinheiro) por um determinado período. O banqueiro, por sua vez, aliena o valor emprestado sob título de propriedade, antes mesmo que este entre no ciclo da reprodução tradicional, para, posteriormente, recebê-lo acrescido, de juros, no ciclo D-D'. Nas palavras de Marx: “isto significa [...] que se valoriza, se conserva e se incrementa a si mesmo”. Com efeito, tem-se no capital rentista uma espécie de valorização pela incidência do juro, aparentemente, descolado das relações capitalistas propriamente ditas de oposição entre capital e trabalho. Pode-se pensar que aparece nessa relação

a figura de um ser preguiçoso e oportunista, a saber, o emprestador de dinheiro. O capital aparece no âmbito financeiro como um ente isolado das relações que lhe conferem sentido, quais sejam as relações sociais; como se o dinheiro “espontaneamente” brotasse de si mesmo. Como diz Marx: “Em D-D’ temos a forma do capital desprovida de conceito, a inversão e coisificação das relações de produção em sua mais alta potência” (MARX, 1978, p. 135).

O juro aparece, nessa dinâmica D-D’, como uma espécie de lucro, como uma forma de “mais-valia peculiar”, como uma criação própria do capital dinheiro. Segundo Marx, essa taxa de remuneração do capital emprestado – juro – guarda relação fundamental com a taxa de lucro médio, formada dos entrecosques da concorrência intercapitalista nos diversos segmentos da economia, embora, como toda mercadoria, o preço do dinheiro possa oscilar periodicamente. Para Marx, “já no capital de dinheiro se confrontam apenas duas espécies de compradores e vendedores, procura e oferta”, gozando o rentismo de uma aparente independência, no âmbito da intermediação da mercadoria-dinheiro.

Nesse cenário, o capital rentista é, em certa medida, também, capital produtivo. Este entrelaçamento entre essas duas formas de capital se dá ao passo que o capital a juros entra na esfera produtiva enquanto “sócio” do capital industrial. Assim, conclui-se que a partir dessa associação entre os capitais é viabilizada a reprodução tradicional do capital pelo ciclo D-M-D’, o qual, por sua vez, acaba por alimentar a relação D-D’ quando remunera, com parte da mais-valia realizada, o capital rentista. De fato, embora criador e criatura se confundam nessa dinâmica, o fundamento da reprodução do sistema metabólico do capital está na produção, mesmo que aparentemente o ciclo se inicie no empréstimo tomado pelo capital produtivo ao capital a juros, numa relação do tipo D-D.

Na realidade, os movimentos de reprodução do capital produtivo e do capital rentista encarnam um mesmo fim, a saber, o da acumulação, seja esta de natureza produtiva ou rentista. Nesse sentido, cabe salientar que o avanço tecnológico, de forma análoga, é incorporado aos dois tipos de capitais, objetivando conferir maior eficácia e velocidade em suas rotações. No caso do capital produtivo, a incorporação crescente da tecnologia amplia a composição orgânica do capital, aumentando substancialmente a capacidade produtiva instalada. Essa substancial ampliação da produtividade pela incorporação de novas tecnologias deve-se à dinâmica de redução do trabalho vivo e à ampliação do trabalho morto. No capital rentista, esse fenômeno de incorporação de novas tecnologias ocorre, analogamente, tendo em vista a ampliação da capacidade de captação e disponibilização de numerários e valores. Dessa forma, percebe-se que tanto o capital produtivo quanto o capital rentista não podem prescindir desse mesmo aporte heterônomo de renovação tecnológica crescente. Pode-se traçar um paralelo dessas transmutações na ordem sistêmica do capital em forma diagramática, nestes termos:

1) A fórmula geral do capital produtivo ou ciclo alongado da acumulação de dinheiro²

$$D \implies M \implies D^+$$

D = valor do capital

D₀ = valor do capital inicial investido na compra de MPs e FT (composição técnica)

D⁺ = capital valorizado (capital inicial acrescido de mais-valia)

D⁺ - D₀ = mais-valia (lucro)

M = Mercadoria

Objetivo: Obter a maior taxa de lucro possível. A taxa de lucro é a relação entre a mais-valia (lucro) e o capital produtivo investido (D). Ao longo do tempo, o capital inicial torna-se mais-valia capitalizada, ou seja, trabalho não pago decorrente do processo de exploração. Daí a importância das inovações tecnológicas (reestruturação produtiva) para apressar a produção e a realização de mais-valia, ou seja, encurtar o tempo de produção do valor (e da mais-valia) para acelerar a acumulação de dinheiro por meio do capital produtivo.

$$\begin{array}{c} D_0 S_0 \dots D_1 D'_1 S_1 \dots D_2 D'_2 S_2 \\ \uparrow \qquad \qquad \qquad \uparrow \\ \text{Captação} \qquad \qquad \qquad \text{Captação} \end{array}$$

2) A fórmula geral do capital financeiro ou ciclo encurtado da acumulação de dinheiro

D₀ = recursos próprios

S₀ = estrutura institucional-legal inicial para “produzir” serviços de captação, empréstimos e financiamentos. Essa estrutura expressa a composição técnica do capital (tecnologia bancária).

D₁ = disponibilidade para as transações financeiras (empréstimos e financiamentos, compra de ações, de títulos públicos, etc.) que corresponde à soma dos recursos próprios mais a captação.

D'₁ = capital financeiro ampliado

D'₁ - D₁ = excedente bancário (rentabilidade)

Objetivo: Montar uma estrutura (S) que possibilite captar o máximo de recursos, com o mínimo de recursos próprios (de modo a reduzir os riscos para o banqueiro) para obter a maior rentabilidade possível. Ao longo do tempo, a captação tende a se tornar crescente

²A formulação desse diagrama foi extraída da tese de doutorado intitulada O Trabalho no Labirinto do Mito da Responsabilidade Socioambiental: a experiência da Cidadania Empresarial no Banco do Brasil (PONTE, 2011).

(o que transfere os riscos de perdas para terceiros) e os recursos próprios paulatinamente sem expressão quantitativa. Daí a importância das inovações tecnológicas (reestruturação bancária) para apressar a acumulação de dinheiro, ou seja, para reduzir o circuito encurtado da “produção de dinheiro”.

No primeiro momento, da reprodução ampliada do capital, fica patente a necessidade da relação entre trabalho vivo e trabalho morto (homem + ferramenta/maquinário) no processo de valorização do capital ($M...D = D^+$). A inovação tecnológica aparece nesse contexto como sofisticação do trabalho morto para a ampliação da produtividade e a crescente eliminação do trabalho vivo. Assim, amplia-se a produção de valordeuso, mas o trabalho vivo contido em cada unidade produzida diminui. Sem dúvida, o sistema metabólico do capital encerra a presença de uma determinação social de subordinação do trabalho ao capital, numa dinâmica, segundo Marx, que:

Como sujeito onde essas coisas têm sua vontade própria, pertencem a si mesmas e se personificam como poderes autônomos. O capital como pressuposição da produção do capital, não como sai deste processo, mas como existe antes nele entrar, é a oposição onde trabalho está em relação a ele como trabalho alheio e o próprio capital está como propriedade alheia em relação ao trabalho. É a determinação opositiva e social que se exprime nele e que, separadamente do próprio processo se expressa na propriedade do capital enquanto tal (MARX, 1978, p. 149).

No segundo momento, da reprodução encurtada do capital, há uma relação direta entre $D-D'$, mediada pela estrutura necessária à operacionalização dos serviços bancários. O trabalho morto nesse contexto compõe essa estrutura física em que são realizadas e processadas as operações atinentes ao capital rentista. A inovação tecnológica, nesse cenário, objetiva conferir agilidade – em termos de tempo-espaço – para a multiplicação, *ad infinitum*, das operações bancárias. É nessa órbita de múltiplos giros da retroalimentação do capital rentista que se materializam as possibilidades da profusão da riqueza abstrata ancorada nos cassinos financeiros do capital especulativo. Cabe salientar que essa dinâmica especulativa é inerente ao próprio metabolismo do capital, pois incorpora volumes de capitais, que a rigor seriam introduzidos na esfera produtiva aguçando as possibilidades de crises financeiras ou de superprodução. Portanto, é pura miragem dos que advogam a regulação das operações financeiras transacionais, do tipo Taxa Tobin, como medida suficiente para civilizar o sistema do capital.

Nos circuitos da reprodução capitalista, pode-se encontrar o capital em sua forma latente, na sua forma dinheiro. A posse em si do dinheiro representa a possibilidade de produção de riqueza material. Mesmo afastado do centro da produção da mais-valia, a mera posse do dinheiro

encarna a capacidade de vender o dinheiro como capital, representando, de fato, a posse do capital por excelência. Assim, o possuidor de dinheiro engendra, igualmente como capitalista da produção, a possibilidade de apropriação – mesmo que indiretamente – do trabalho alheio, posto que, ao resgatar os títulos das dívidas contraídas pelos capitalistas industriais, está, também, se apropriando de parte da mais-valia produzida e realizada globalmente pelo sistema do capital.

Nesse sentido, o capital a juros e o capital produtivo compõem uma mesma engrenagem para a reprodução sistêmica. Na prática, contudo, pode aparentar que o capitalista da produção recebe sua parcela de remuneração em face do seu trabalho de investidor e coordenador do processo produtivo, enquanto o rentista é um mero aproveitador, pois empresta o dinheiro a juros numa atividade não produtiva. Conforme aponta Marx, essa interpretação é ilusória, uma vez que tanto o capitalista da produção quanto o capitalista rentista são remunerados pela apropriação do trabalho alheio. Marx acena que as eventuais disputas, no âmbito intercapitalista, dão-se em virtude das pretensões distributivas para a apropriação de maiores partes da mais-valia realizada. O autor comenta essas querelas nestes termos:

O preço de mercado do dinheiro – este é o nome do capital a juros – como capital de dinheiro se determina no mercado de dinheiro como qualquer outra mercadoria, em virtude da concorrência entre os compradores e vendedores, da procura e da oferta. Essa luta entre o capitalista de dinheiro e o capitalista industrial é apenas uma luta pela distribuição do lucro, pela participação que, na partilha, cabe a cada uma das seções (MARX, 1978, p.174).

Como aponta Marx, ainda na Idade Média as práticas de empréstimos de dinheiro eram criticadas duramente não somente pela igreja católica, mas também Lutero se converteu num árduo crítico de tal atividade. A usura, como era chamada a atividade de empréstimo de numerário, representava deveras a possibilidade de ruína financeira dos tomadores de dívidas. Porém, o exercício de emprestar dinheiro não comprometia a saúde sistêmica do modo de produção feudal, em face do ainda rudimentar processo de troca dos excedentes. A partir da modernização do sistema de crédito, já no capitalismo, houve a institucionalização do empréstimo a juros como elemento de subsídio essencial à esfera produtiva.

Apesar do exposto, as severas críticas ao capital rentista se prolongariam pelo tempo, passando pela época de Marx, chegando até os dias atuais. Todavia, donde partem, predominantemente, tais críticas ao capital rentista? Na época de Marx, tais críticas partiam, em geral, da pequena burguesia endividada e eram recorrentes também nas teses dos teóricos Proudhon e Darimon. Foi exposto, nas páginas anteriores, como Marx esclareceu a engrenagem composta entre o capital que rende juros e o capital que produz mercadorias.

E, hoje, de onde provêm as críticas ao capital rentista? Não é nenhuma constatação original se concluir que a gênese da maior parte das críticas ao capital rentista, hodiernamente realizadas, permanece partindo dos pequenos e médios capitalistas, sejam estes da indústria, sejam do comércio, em virtude de suas incapacidades de operar com recursos próprios. De fato, com a hipertrofia da modernização alcançada pelo sistema de crédito – erguida, sobretudo, a partir da inserção da microeletrônica nesse setor – conseguiu-se ampliar significativamente, nos últimos anos, o acesso às mais diversas modalidades de financiamento a vários segmentos da sociedade, inclusive, os pequenos clientes pessoa física – recentemente batizados como “subprime” pelos analistas internacionais –, vítimas primeiras das crises atinentes ao sistema metabólico do capital. Indiscutivelmente, a multiplicação da oferta de crédito no mercado financeiro mundial levou à contrapartida de um crescente endividamento jamais experimentado. Dessa forma, a crítica reduzida contra o capital rentista – realizada em primeira mão pela pequena e média burguesia –, hoje, recebe, gradativamente, o reforço de amplas camadas sociais.

Robert Kurz, no artigo intitulado *As Perfídias do Capital Financeiro*, aponta que boa parte do antissemitismo alimentado desde a Idade Média, passando pelo nazismo, e até hoje persistente, deve-se, não somente à opção religiosa dos judeus mas, igualmente, às posições de destaque alçadas por representantes desse povo no âmbito do capital de crédito. Na realidade, Kurz verifica que já na Idade Média o povo judeu era alvo de uma dupla discriminação: de caráter religioso e de caráter profissional. Esta segunda discriminação era constatada pela inacessibilidade dos judeus à esfera da produção, restando-lhes, como forma de sobrevivência, se fixar em torno da esfera da circulação, seja no comércio, seja na usura, mesmo cientes dos riscos que essa escolha poderia lhes aferir. De fato, historicamente, esse povo foi se estabelecendo no âmbito do incipiente capital bancário, tornando possível sua preservação proeminente nesse setor, inclusive, quando de sua institucionalização, com o desenvolvimento do moderno sistema produtor de mercadorias. Então, semelhante à crítica esboçada pelo nazismo, hoje se alimenta uma falsa percepção de se imputar ao povo judeu os males inerentes à reprodução do capital. Para tanto, os críticos antissemitas atestam que aos judeus pertencem grandes conglomerados financeiros, acumulando, portanto, fartas divisas que poderiam ser repartidas com o restante da população mundial, como se a justa divisão da riqueza material fosse, em algum momento, a finalidade do capital. Kurz comenta, no artigo supracitado, esse antissemitismo nestes termos:

Esta ideologia virada apenas contra o capital que rende juros em vez de contra o modo de produção capitalista esteve desde início atravessada pelo moderno anti-semitismo. O anti-judaísmo religiosamente motivado da chamada idade média cristã transformou-se, com a chegada da reprodução socializada pela monetarização, na proto-moderna “economia política das

armas de fogo” e na origem do moderno sistema produtor de mercadorias. Embora a proibição dos juros também existisse na religião judaica, os judeus na idade média foram forçados a atividades na (marginal) esfera da circulação, em alguns casos também como emprestadores de dinheiro, por força da estigmatizante exclusão dos ofícios ligados à produção. Eles sofreram portanto uma dupla discriminação, pois ainda foram demonizados como negros exploradores e usurários, por causa deste modo de vida a que se viram obrigados (KURZ, 2004, p. 3).

Para além da questão racial propriamente dita, cabe salientar que a crítica de inspiração marxiana incide sobre o sociometabolismo do capital, em que as classes representam não mais que as personificações dessa engrenagem cuja base é a reprodução do valor como relação social abstrata e impessoal. Assim, a mundialização do capital e a financeirização da economia são expressões do próprio desenvolvimento do metabolismo do capital levado ao seu limite. Como já referiu o próprio Marx: “o capital é a potência da sociedade burguesa, que domina tudo.” Na configuração social desse metabolismo, o rentista representa uma fração privilegiada dessa complexa engrenagem, pois sua atividade exige a mediação/acumulação – na forma crédito – de considerável parte da riqueza abstrata e socialmente produzida. Marx assim define o desempenho social desse agente na sociedade burguesa:

Poder-se-ia também entender por acumulação do capital monetário – mencionamos isso só de passagem para liquidá-lo rapidamente – a acumulação da riqueza nas mãos dos banqueiros (prestamistas de dinheiro por profissão), como mediadores entre os capitalistas monetários privados, por um lado, e o estado, os municípios e os mutuários reprodutores, por outro; pelo fato de que toda a enorme expansão do sistema de crédito, todo crédito em geral, é explorada por eles como se fosse capital privado. Esses sujeitos possuem o capital e a receita sempre em forma monetária ou em direitos sobre o dinheiro. A acumulação da fortuna dessa classe pode efetuar-se em direção bem diversa da acumulação real; demonstra, porém, em todo o caso, que essa classe embolsa boa parte dessa última (MARX, 1986, p.20).

Dessa forma, a crítica radical de cariz marxiano não incide sobre a questão racial ou meramente moral. Ela reflete, ao propósito do salto ontológico para o engrandecimento da condição humana, sobre a categoria capital como totalizadora do modo de produção da ordem vigente, apontando sua contradição central e seus potenciais limites históricos podendo orientar a ação coletiva do indivíduo social a partir de um projeto comunal-solidário.

A ACUMULAÇÃO RENTISTA NO BRASIL: O SETOR BANCÁRIO NO ALVO DAS POLÍTICAS NEOLIBERAIS

Nesse tópico, serão abordadas, em linhas gerais, as consequências do avanço tecnológico no setor bancário. Nessa perspectiva, será discutido o intenso avanço dos processos microeletrônicos no âmbito do segmento bancário. Esse incremento tecnológico é possibilitado pela crescente incorporação da ciência ao processo produtivo, e, de forma análoga, essa sofisticação de máquinas e equipamentos abrange contundentemente o setor bancário. A rigor, no desenvolvimento do processo tecnológico da maquinaria, constata-se uma crescente transferência de atividades e saberes do trabalho bancário para a esfera das máquinas. Expressa-se, a partir daí, uma crescente substituição do trabalho vivo (homem) pelo trabalho morto (máquina). Esse fato repercute diretamente no segmento bancário, revelando-se como essência de problemas sociais graves, como o desemprego estrutural.

Diante das reflexões, partindo de um pressuposto: o setor bancário configura-se como um setor emblemático quanto aos investimentos em tecnologia e ao número crescente de demissões anuais na categoria. É reveladora a constatação que, ano após ano, uma massa de trabalhadores não mais se apresenta funcional para o processo de trabalho nos bancos. Na realidade, no âmbito do trabalho bancário, as qualificações pretéritas perdem valor, surgindo novas exigências amparadas nas demandas do “mercado”, como no caso típico do “bancário-vendedor”. As tarefas se tornam mais simplificadas, permitindo a substituição gradual de bancários por terceirizados. Assim, muitos trabalhadores do setor bancário são excluídos do mercado de trabalho e jogados na vala comum dos indigentes do capital.

Outra consequência do avanço tecnológico no setor bancário é a visível e crescente absorção, pela maquinaria, de tarefas e saberes, preteritamente sob domínio dos trabalhadores bancários. A rigor, no caso do segmento financeiro, as qualificações antes exigidas para execução das tarefas são continuamente simplificadas pelo incremento tecnológico. As antigas atribuições bancárias que exigiam qualificações específicas – como o domínio das técnicas de escrituração contábil – são, gradualmente, substituídas por outras habilidades, como a aptidão para venda de produtos e serviços. Na realidade, esse processo de simplificação das tarefas contribui para uma maior acentuação da vulnerabilidade do mundo do trabalho, posto que permite uma fragmentação social do trabalho. Com efeito, hoje existem no universo bancário inúmeras categorias e subcategorias de trabalhadores, podendo-se, basicamente, qualificar desta maneira: o “bancário veterano”, o “novo bancário” e os terceirizados em geral, com enfoque específico nos estagiários e correspondentes bancários.

É imprescindível, para o entendimento analítico, realizar uma breve discussão acerca do avanço tecnológico no setor produtivo, identificando alguns aspectos preliminares, tendo em vista esclarecer as causas estruturais às quais estão submetidas à acumulação e a centralização do capital na contemporaneidade. Como também as possíveis consequências do incremento tecnológico no setor financeiro. Marx analisa a relação existente entre o avanço da ciência e da tecnologia – incorporada à produção – e a crescente obsolescência da forma valor. Existe, para o autor, uma contradição imanente no metabolismo do capital entre o avanço da composição orgânica do capital e a produção do valor. Ao passo que orienta o aumento do capital fixo e a diminuição do capital variável, o capital não pode, todavia, deixar de prescindir deste último, posto que somente o capital fixo não resguarda possibilidades de geração de mais-valia, que em última instância é a fonte do lucro no capitalismo. No entanto, contraditoriamente, o sistema do capital tende a tornar o trabalho humano crescentemente supérfluo na esfera da produção, conferindo às máquinas o posto de principal fonte da produção da riqueza. Segundo Marx, nessa nova ordem do capital:

A atividade do operário, reduzida a uma pura abstração, é em todos os sentidos determinada pelo movimento de conjunto das máquinas; o inverso não é verdadeiro. A ciência, através da construção da máquina, obriga os elementos inanimados desta a funcionar como autômatos úteis. Essa ciência, portanto, não existe mais no cérebro dos trabalhadores; pelo contrário, através da máquina, ela age sobre estes como uma força estranha, como o próprio poder da máquina.

A apropriação do trabalho vivo pelo trabalho objetivado – da força e da atividade valorizadoras do valor em si – é inerente à natureza do capital. Ora, na produção baseada na maquinaria, ela torna-se a natureza do próprio processo de produção, tanto no que se refere aos seus elementos físicos como ao seu movimento mecânico (MARX, 1980, p. 39).

No atual cenário, a automação se revela, por esse viés, a forma mais acabada de capital fixo dentro do sistema. O trabalhador passa a ser um mero acessório no processo produtivo, uma vez que as pretéritas formas de trabalho, no âmbito da produção, tendem a se extinguir, assumindo a máquina o papel de maior destaque na esfera produtiva. O trabalhador, tendencialmente, restringe-se à manutenção do maquinário e ao abastecimento de matéria-prima. A máquina passa, gradativamente, a acumular o conhecimento do trabalhador, passa a ter “alma”. A incorporação da ciência se direciona objetivando aperfeiçoar cada vez mais a potencialidade produtiva da máquina. O capital objetivado (fixo) adquire predominância na produção, em detrimento do capital variável. Ocorre uma dinâmica progressiva de “dominação” do “morto” sobre o “vivo”.

Na lógica do capital, o trabalho vivo tende a perder gradativamente a condição de maior produtor da riqueza, uma vez que a própria acumulação impõe uma subordinação do trabalho à lógica da aplicação científica, objetivando aumentar o poder da máquina, desvalorizando a importância da força de trabalho. É bom salientar que as máquinas não são em si garantia de manutenção de alta lucratividade. Por mais que o capital fixo ganhe importância na produção, o trabalho vivo ainda se reveste como essencial para a produção da mais-valia, reafirmando a própria lógica de valorização.

Outro aspecto importante é que, apesar do aumento da capacidade produtiva, poder-se-ia pensar que dessa maneira o capitalista se permitiria diminuir a jornada de trabalho na produção. Isso não ocorre. Na realidade, o que acontece, na maioria dos casos, é uma intensificação do trabalho, expandindo a incidência da mais-valia relativa. Cada vez mais o capital intensifica o tempo de trabalho do trabalhador³, pois necessita de mais sobretrabalho dos trabalhadores empregados. Ao mesmo tempo, o aumento de sobretrabalho, aliado a cada vez mais crescentes sofisticções do maquinário, tende a gerar crises de superprodução. Ou seja, aciona-se uma tendência de elevação da capacidade produtiva instalada, em virtude da maior composição orgânica de capital.

A rigor, o desenvolvimento das forças produtivas está submetido ao avanço da técnica e da ciência. Por um lado, o capitalismo não pode prescindir do avanço científico e do trabalho vivo. Por outro lado, ao aumentar demasiadamente sua potencialidade de produção, corre o risco iminente de corriqueiras crises de superprodução. Eis, aqui, um dos limites internos da reprodução do capital. Com efeito, em muitos casos, o capital aciona suas formas contratendências ao seu colapso iminente, sendo uma delas a própria contenção temporária do avanço das forças produtivas.

O trabalho, nessas circunstâncias, não pode ser abstraído isoladamente da engrenagem geral do capital. O desenvolvimento geral do indivíduo social é o que determina, agora, a produção da riqueza. A mais-valia absoluta perde força, em face do avanço da composição orgânica do capital. À medida que crescem as potencialidades das forças produtivas, diminuem as necessidades de utilização da força física do trabalhador. Há a possibilidade real, inclusive, de mais tempo livre e menos trabalho. Nessas circunstâncias, o tempo de trabalho necessário tende a não mais determinar a medida da riqueza, repercutindo na crescente obsolescência da forma valor. No entanto, não faz parte da lógica do capital a emancipação humana por intermédio do avanço da tecnologia. Ao contrário, submete tais conquistas da humanidade ao seu processo de acumulação, não reduzindo as

³Aqui não se trata do tempo de trabalho relativo propriamente à jornada de horas trabalhadas, mas o gradual aumento da produtividade do trabalhador.

consequências deletérias de sua reprodução para o convívio social. Conforme comenta Marx (1980, p. 55):

Se o tempo de trabalho é a medida da riqueza é porque a riqueza se fundamenta na pobreza, e porque o tempo livre resulta da base contraditória do sobretrabalho; por outras palavras: Isso supõe que todo o tempo do operário seja considerado como tempo de trabalho, e que ele próprio seja reduzido ao nível de simples trabalhador e subordinado ao trabalho.

Percebe-se, porém, que o problema não é puramente de ordem “moral”: o capitalista, para abdicar de ações que venham a conter os seus gastos ou aumentar os seus lucros, deve ter em mente os riscos que assume. No âmbito do mercado, o capitalista tem a preocupação de não ser dizimado pelos seus opositores em meio à concorrência intercapitalista. Assim, deve sempre raciocinar no sentido de manter ou ampliar sua base de lucro, ou seja, permanecer rentável. Caso contrário, está fadado à falência.

Analisando a partir desse prisma, pode-se observar que tanto o capitalista quanto o trabalhador estão submetidos a uma ordem que não é meramente “subjetiva”. Estão, em verdade, aprisionados a uma mesma teia: “a lógica do lucro”, em que as questões relevantes para o progresso da condição humana não são prioritárias. Para o capitalista, não há a preocupação em saber se estão fabricando uma bomba atômica ou um remédio. Sua preocupação não se reveste no valordeuso que se possa fazer do que se está produzindo, o que lhe interessa é o valordetroca da mercadoria, o *quantum* de lucro (mais-valia realizada) que ele pode obter ao final do processo de valorização. Essa operação o capitalista efetua, na maioria dos casos, sem o menor constrangimento moral, e inúmeras vezes, até mesmo sem ter ciência da plenitude do processo de valorização.

O transcurso histórico da inserção tecnológica na produção demonstra o império crescente do maquinário como determinante do trabalho morto sobre o trabalho vivo. Isso corresponde à inclusão da ciência como força produtiva. Há uma absorção da ciência cada vez mais incidente, no sentido da transmutação dos saberes e das habilidades do homem para a máquina. Esse fenômeno se dá de forma contumaz e parece ser de caráter irrevogável. Não se pode aludir apenas à negatividade do processo em si, uma vez que se poderiam dispensar as agruras de tarefas indesejáveis para o ser humano, transferindo-as para máquinas e equipamentos, possibilitando, então, ao homem dedicar mais tempo às tarefas “superiores” da arte, da literatura, da filosofia, dentre outras. Porém, esse inquestionável avanço tecnológico – que poderia ser a redenção da humanidade e levar à sua emancipação – tem sido conduzido noutro sentido, quando capitaneado a partir da acumulação do capital. De fato, há de recordar

as promessas ideológicas, cada vez mais distantes, de “redenção” da humanidade pelo avanço da informática, mesmo nos circuitos do capitalismo.

O paradoxo entre avanço tecnológico e precarização das condições do trabalho humano é possível quando as rédeas decisórias das questões humanas estão submetidas aos propósitos da acumulação capitalista, em que o ter é bem mais importante do que o ser. Nesse sentido, a inserção contínua da ciência como força produtiva faz com que haja uma considerável diminuição do trabalho vivo na produção, enquanto há um incremento e uma sofisticação do trabalho morto. Conseqüentemente, há uma diminuição do tempo de trabalho necessário na produção que não é deduzido da carga horária do trabalhador. No ambiente de acumulação do capital, opta-se pela manutenção da jornada de trabalho e se recorre a intensos cortes de pessoal, ocasionando uma onda, irreversível, de desempregados em massa.

Essa é a lógica básica inerente ao sistema capitalista na atualidade. Porém, existem outros desdobramentos que aguçam as reflexões mais críticas: Quais são os limites da reprodução do capital nesses termos? Como agir frente a uma lógica desumana de exclusão crescente e estrutural de massas de trabalhadores? Quais são as implicações para os setores econômicos a partir do império da tecnologia? Como o setor de serviços e, em particular, o bancário são inclusos nesse processo? E por último, quais construções serão capazes de ao mesmo tempo analisar contundentemente os impactos sociais de tal avanço e indicar as alternativas emancipatórias possíveis para o gênero humano? São essas questões que incitam grande parte dos pensadores atuais e sobre as quais pretendemos nos debruçar, nos limites da temática aqui explicitada.

O avanço tecnológico na atividade bancária no Brasil já inspirou brilhantes reflexões no âmbito das Ciências Sociais. Cabe registrar, todavia, que esse setor talvez tenha sido um dos mais dinâmicos e instigantes no que diz respeito à expansão tecnológica, visivelmente com a conseqüente redução de inúmeros postos de trabalho verificada nos últimos anos. Além disso, houve quase simultaneidade entre os bancos, quanto aos acessos às novas tecnologias e aos novos equipamentos, tais como: novas máquinas de autoatendimento, cobranças automatizadas, selecionadoras de cheques, sistemas mais avançados de processamento bancário (on-line), acessos à rede internacional de computadores, dentre muitos outros.

Dessa forma, o avanço tecnológico provocou, por si só, um incremento maior de lucratividade aos grandes conglomerados bancários, posto que a concorrência entre os bancos se deu quase sempre no mesmo patamar acirrando os processos de fusões/absorções dos pequenos pelos mais robustos rentistas. Nesse contexto, pode-se considerar que os acessos às novas tecnologias e aos equipamentos microeletrônicos passaram a ser condição *sinequanon* para a permanência no mercado interbancário brasileiro. Dessa maneira, muitos pequenos

bancos, por não terem recursos necessários para o investimento em informática, acabaram sendo fundidos a outras instituições⁴. Tais procedimentos de fusão e aquisição somente contribuíram para a concentração e centralização do capital bancário. Rifkin comenta esse avanço tecnológico nestes termos:

Os setores bancários e de seguros já começaram a fazer a transição para Terceira Revolução Industrial. Por volta do ano 2000, o número de bancos nos EUA cairá em 25% e mais de 20% dos bancários perderão seus empregos, em função dos processos gêmeos de reengenharia e da automação. Num estudo do setor bancário do País, a Andersen Consulting concluiu que a aplicação da automação e as simplificações de processos podem incrementar a produtividade de 20 a 30% (RIFKIN, 1995, p. 156)⁵.

É fato inconteste que o processo de avanço tecnológico das empresas financeiras contribuiu em muito para a redução de postos de trabalho bancário. Somente o Banco do Brasil (BB) reduziu seu efetivo de mais de 120 mil funcionários para um quadro de menos de 80 mil funcionários, de 1994 a 2002. Isso denota que o setor terciário não foge à regra geral do setor secundário: uma redução da importância do capital variável com relação ao capital fixo. Tal fenômeno indica, no setor produtivo e no setor de serviços, uma necessidade de encurtamento da reprodução do capital em virtude da redução significativa do valor por unidade, ou seja, existe uma quantidade cada vez mais reduzida de trabalho vivo que se incorpora aos produtos⁶.

⁴Deve-se esclarecer que, na década de 1990, o processo de fusões no setor bancário brasileiro foi vedado aos bancos oficiais, ou seja, apenas instituições privadas foram autorizadas a incorporar outras, privadas ou públicas. Denota-se a intenção de desestatização do setor financeiro, por parte do governo, vetando bancos oficiais de efetuarem transações que poderiam se revelar vantajosas.

⁵Pode-se perceber que as previsões do autor datam ainda do início dos anos 1990, porém os avanços tecnológicos do setor bancário foram ainda mais contundentes. Apenas no Brasil, de 1994 a 2002, houve uma redução significativa do número de bancários. Verificou-se diminuição dos bancos de 225 para 168 no mesmo período. O autor também acerta noutras previsões sobre o setor bancário, como a massificação quanto ao uso de cartões de crédito e tecnologia informacional (Internet). Vale reproduzir uma constatação, presente no livro supra, acerca do uso de caixas eletrônicos. Comenta o autor: “Caixas automáticos, antes uma raridade, tornaram-se presenças obrigatórias em subúrbios e pequenas cidades dos EUA, reduzindo significativamente o número de caixas humanas. As máquinas reduzem os tempos de transações, estão disponíveis 24 horas por dia e operam a uma fração dos custos de caixas humanas. Um caixa humano pode realizar até 200 transações por dia, trabalha 30 horas semanais, ganha um salário entre US\$ 8000 a US\$ 10000, mais benefícios, tem intervalo para o café, férias, licença médica, dentre outras licenças e afastamentos. Em contraste, um caixa eletrônico que, automaticamente credita ou debita uma conta pode atender duas mil transações diárias trabalhar 168 horas semanais, sua operação custa US\$ 22000 anuais e não interrompe o serviço para tomar café ou tirar férias” (RIFKIN, 1995, p. 157).

⁶Para melhor compreensão dessa questão, é preciso se recorrer à equação $W = C + (V + M)$, em que W é o valor total, C o trabalho objetivado ou capital constante, V é o valor da força de trabalho e M a mais-valia, conforme Marx, em *O Capital*, volume III, capítulo I. É possível perceber na equação que o que gera “valor novo” e, por conseguinte, lucro é $(V+M)$, no entanto, com o incremento tecnológico crescente, o capital tende à concentração contínua. Vê-se que, tendencialmente, a evolução C é constantemente ampliada, ao passo que $(V+M)$ tende a diminuir continuamente mesmo a “zero” (situação que não pode ocorrer de fato). Como V e M representam trabalho vivo, sua diminuição pode representar uma diminuição de postos de trabalho. Por isso, o chamado “desemprego estrutural” decorre da incapacidade do capital de incorporar trabalho vivo.

O avanço tecnológico impõe dificuldade à criação da mais-valia⁷, tendendo a provocar excessos de capacidade instalada de produção, relativamente à expectativa de demanda. Isso por conta do aumento excessivo de oferta pela inserção contínua da ciência ao processo produtivo. Nesse sentido, comenta Mészáros:

Entretanto, como uma grande ironia da história, a dinâmica interna antagonista do sistema do capital agora se afirma – no seu impulso inexorável para reduzir globalmente o tempo de trabalho necessário a um valor mínimo que otimize o lucro – como uma tendência devastadora da humanidade que transforma por toda parte a população trabalhadora numa força-de-trabalho crescentemente supérflua (MÉSZÁROS, p. 341).

No setor financeiro há uma similar relação entre diminuição de trabalho vivo por incremento do trabalho morto. Há de se ressaltar, todavia, que o setor bancário não se reveste de um capital produtivo propriamente dito, em que haja a presença do ciclo de produção do valor. Mesmo assim, tem-se de considerar a esfera bancária como imprescindível ao sistema de acumulação do capital, posto que ao se alimentar de fartas porções de mais-valia socialmente produzida é indispensável para o financiamento da produção. Nesse sentido, a “lógica” do lucro está presente nos bancos de forma similar ao que ocorre nas empresas dos demais setores. São constantes as transferências de serviços bancários, do trabalhador para as máquinas, como ocorre com o saber-fazer no segmento da indústria.

A simplificação do trabalho na esfera do setor bancário, com o avanço tecnológico, permitiu a disseminação das tarefas bancárias para outros segmentos de trabalhadores cuja remuneração é, em geral, menor, assim como o tempo de escolaridade exigida e capacitação específica. Dessa forma, facilitou o processo de terceirização radical nos bancos, afetando frontalmente o nível de empregos de bancários. Igualmente, tal processo de automação/simplificação confere outras consequências de natureza preocupante para a classe bancária, como o enfraquecimento do poder sindical e a debilidade subjetiva do bancário como classe. Há, sem dúvida, uma modificação no status socialmente atribuído à classe bancária. O que se pode constatar no processo em questão é uma degradação do saber-fazer bancário, continuamente transferido, ora para máquinas, ora para outros segmentos de trabalhadores – via terceirização.

Nesse contexto, percebe-se que toda a prática da qual resultou, ao longo de décadas, o legado da qualificação exigida para a inserção no serviço bancária foi aos poucos descaracterizada. Alguns poucos segmentos, dentro da esfera bancária, ainda mantêm certo

⁷Aqui refere-se à realização do ciclo ininterrupto D-M-D' (DINHEIRO – MERCADORIA DINHEIRO), cuja consumação, conforme Marx, ocorre na esfera da circulação.

grau de qualificação específica exigida para a realização das tarefas hodiernas. Podemos citar os setores de processamento de dados, gerência tecnológica e gestão do trabalho e de negócios. No entanto, mesmo nesses segmentos há de se levar em conta a contínua transferência de significativa parte dessas tarefas para outros segmentos profissionais⁸. Nos dias atuais, pode-se perceber uma contínua redução desses segmentos aparentemente “mais qualificados”.

Embora o processo gradativo de incorporação dos avanços científicos em forma de tecnologia das máquinas e dos equipamentos bancários tenha, até então, possibilitado folgados lucros para as grandes instituições do ramo no Brasil, pode-se intuir e mesmo verificar alguns riscos inerentes à automação no âmbito do setor. Um dos potenciais riscos dessa escalonada incorporação de técnicas de última geração está no próprio controle e conhecimento do maquinário. Há uma forte concentração de conhecimento nas máquinas, não extensivo, na maioria das vezes, aos seus operadores, cujas atribuições são, em última instância de operação e quando muito, de manutenção e reparos. Na realidade, efetuam algumas operações elementares de digitação de comandos. Nesse sentido, se pode notar o império do conhecimento restrito aos processos automáticos.

No caso específico da reorganização do trabalho no setor bancário atual, parece ficar evidente a presença, em paralelo ao avanço da informatização, de um conjunto de novas técnicas de controle do trabalho. Essas novas formas de gestão da força de trabalho, baseadas nos modelos de acumulação flexível, produziram um inovador padrão interativo entre homem e máquina, ao tempo em que inaugura um arcabouço ideológico deveras significativo. De fato, o discurso gerencial de “democratização”, “humanização” e “parceria” foi difundido amplamente para o conjunto da categoria bancária. A difusão de tais discursos procurou dar uma justificativa ao novo modelo de controle das atividades executadas pelos bancários, agora intensificadas. Hoje, por intermédio do auxílio das operações registradas por computador, permite-se a verificação diária do desempenho funcional do trabalhador bancário. A intensificação do trabalho, à qual os bancários são submetidos, é justificada pela necessidade imperiosa da expansão dos negócios e do lucro. Nesse contexto, percebem-se, inclusive, inúmeras evidências de colaboração compulsória impostas ao bancário pelo capital rentista. Com efeito, por intermédio também dos novos métodos de gerenciamento da “força de trabalho” bancária, impõem-se a formação de um “novo tipo” de bancário: vendedor, comprometido com a acumulação do capital rentista e, ainda, mais vulnerável às doenças inerentes à categoria.

É necessário, registrar, igualmente, a intensificação da concorrência dentro do segmento bancário. Diversos fatores podem ser apontados como decisivos para tal concorrência entre

⁸A publicação, de tiragem mensal, *O Espelho*, de orientação bancária sindical Cutista, em dezembro de 2002, denuncia a crescente presença de terceirizados – muitos dos quais bem remunerados – na Diretoria de Tecnologia do Banco do Brasil, dominando inclusive, de forma exclusiva, o saber e as práticas bancárias de muitos setores daquela Diretoria.

esses pares bancários, em especial: os salários em queda, a falta de perspectiva ante a luta sindical, a redução quantitativa e gradual de postos de trabalho bancários e a concorrência por cargos gerenciais. O bancário, em geral, na atualidade, não enxerga outra forma de preservação do emprego senão a trajetória de ascensão profissional na empresa. Assim, não é difícil verificar posturas em defesa do discurso gerencial entre bancários imersos no universo da concorrência intrafirma.

Há ainda o registro da retração quantitativa da categoria bancária. Nesse contexto, constata-se, a partir dos anos 1990, em função, sobretudo da inserção tecnológica e da intensificação do trabalho, um aumento expressivo da produtividade por trabalhador. Segundo dados do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos–DIEESE(1998), de 1994 a 1998, no Brasil, houve um aumento nos indicadores de produtividade do bancário da ordem de 61,4% e 80,2%. O primeiro dos índices se refere à relação entre valor das transações bancárias e o número de bancários empregados. O segundo refere-se ao aumento de transações financeiras em relação ao número de bancários. Nesse mesmo período, ainda segundo o DIEESE, verificou-se um aumento dos depósitos bancários na ordem de 29,1%. No entanto, no mesmo período, houve uma redução no número de bancários em torno de 28,4%.

Diante dos números expostos, é possível constatar a intensa redução pela qual a categoria bancária passou no período referido. Há de se ressaltar, porém, que os sindicatos não param de denunciar as constantes demissões que ocorrem, principalmente nos bancos privados. De fato, esse cenário mostra um processo crescente de vulnerabilidade e redundância do trabalho bancário frente ao capital rentista. Conforme já alertava Marx nos *Manuscritos Econômico-filosóficos*: “a dominação do capitalista sobre o operário é a dominação da coisa sobre o homem, a do trabalho morto sobre o trabalho vivo, a do produto sobre o produtor” (MARX, 1978, p.55).

Hodiernamente, o trabalhador entra, então, como mero componente do capital. O trabalho vivo gera o valor novo, é a fonte da mais-valia, mas vai deixando de ser o fator principal para a produção da riqueza. O trabalho morto não só domina o processo de produção como submete o trabalho vivo ao seu ritmo e ao seu ditame. O trabalhador se torna, assim, um acessório consciente da ação no processo de trabalho. A máquina tende a tornar sem utilidade o trabalho vivo. O desenvolvimento da produção passa a ser determinado pelo progresso tecnológico e científico, desligando-se da necessidade de empregar um *quantum* de trabalho vivo *a priori*. Quanto mais se desenvolvem as forças produtivas, menos há a necessidade de se empregar trabalho vivo. Esse processo no setor bancário é muito bem definido por Jinkings:

A intensa mudança tecnológica possibilita a objetivação, pelas máquinas informatizadas, de funções cerebrais abstratas, incorporando parte do saber intelectual do trabalho. Entretanto, esse progresso da ciência e da técnica não

resulta em aumento de tempo livre de trabalho, no qual as potencialidades e capacidades humanas possam ser plenamente desenvolvidas. Ao contrário, sob a lógica transformadora do capital, o saber científico e técnico realiza-se para incrementar seu poder e sua dominação, dispensando força-de-trabalho e reduzindo o seu preço, sofisticando o controle, exigindo o envolvimento e a integração entre operadores e as máquinas inteligentes (JINKINGS, 2002, p. 168).

O avanço tecnológico no setor bancário colaborou para a simplificação das tarefas bancárias. Nesse sentido, há uma reelaboração do próprio perfil do bancário na atualidade. Hoje, em sua grande maioria, os bancários têm de estar mais afeitos às tarefas de vendas de produtos bancários, dando especial atenção à “excelência” no atendimento aos clientes”. As qualificações requeridas são mais de caráter “geral” – de vendedor – do que “específicas” de outras áreas. Enfim, a identidade do bancário está muito mais relacionada à realização de negócios lucrativos para o capital bancário do que para execução de outras tarefas outrora realizadas no universo bancário. Revela-se, inegavelmente, uma gradual “parceria forçada” entre os segmentos patronais e de trabalhadores da categoria bancária. Vale ressaltar, contudo, que com o advento das novas formas de remuneração variável e da participação nos lucros e resultados, os bancários, em geral, são crescentemente subsumidos pelas ilusões espectrais difundidas pelo capital rentista.

Nesse cenário, o trabalho bancário se torna cada vez mais “abstrato”, no sentido de não se enxergar os sentidos do próprio trabalho executado. Há, sem dúvida, uma interferência gradual dos sistemas eletrônicos sob os quais recai grande parte do trabalho outrora executado pelo bancário. Dessa maneira, a forma dinheiro, como a expressão mais acabada do sistema de acumulação do capital, vai transformando as relações de trabalho crescentemente fetichizadas, não somente no setor produtivo mas de forma ainda mais visível no setor financeiro. Conforme já abordava Marx (1974b, p. 84):

É, porém, essa forma acabada realmente do mundo, a forma dinheiro, que realmente dissimula o caráter social dos trabalhos privados e, em consequência, as relações sociais entre produtores sociais entre produtores particulares ao invés de pô-las em evidência.

As relações sociais impostas pela dominação abstrata do capital se revelam crescentemente imperceptíveis. No setor bancário, por intermédio das “novas” racionalizações do trabalho herdadas do setor industrial, tem-se um conjunto de atividades desprovidas, na sua maioria, de sentido evidente, mas com atuação ativa dos complexos ideológicos inerentes à concorrência intercapitalista. Os serviços propriamente bancários na atualidade podem ser resumidos

às execuções de comandos automáticos, o que confere ao bancário, nesse aspecto, uma semelhança com o apêndice de uma máquina. Na realidade, os bancários são induzidos pelos discursos da “competitividade” e da “excelência” a cooperarem no cumprimento das metas de vendas estabelecidas pelo capital rentista. Assim, sazonalmente, promovem-se inúmeras campanhas com enfoque na venda desse ou daquele produto. Tais promoções assemelham-se mesmo às modernas e festivas campanhas eleitorais. O discurso do “atingimento das metas” é largamente difundido e aceito até mesmo pelas entidades sindicais bancárias⁹. Quiçá, isso tudo são expressões que apontam para submissão real da classe bancária ao capital rentista.

As consequências do conjunto dessas reestruturações técnico-organizacionais no setor bancário foram reveladas num levantamento¹⁰ elaborado pelo Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários do Rio Grande do Sul (SEEB-RS), em parceria com a Federação dos Bancos daquele estado. Essa amostragem revelou números decepcionantes do ponto de vista do trabalho bancário, mas não surpreendentes. Entrevistando 21% dos bancários daquele estado, o levantamento constatou que 53% dos bancários apresentavam sintomas de Lesão por Esforço Repetitivo (LER), 33% reclamavam de constantes dores de cabeça, 25% estavam acometidos por insônia, 22% assustavam-se facilmente, 56% sentiam-se nervosos, tensos ou preocupados, 12% consideravam-se infelizes e 9% já haviam pensado em suicídio.

Noutro levantamento mais recente, realizado pelo mesmo Sindicato, constata-se que, de 2004 a maio de 2009, das 1.478 comunicações de acidente de trabalho (CAT) registradas na entidade, 920 era por LER, 294 por assalto, 141 por acidente de trabalho típico, 75 por sofrimento psíquico e 48 por trajeto¹¹. Segundo dados do próprio Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS), os bancários são a categoria que mais sofre de Lesões por Esforço Repetitivo LER/DORT no país.

A investigação realizada pelo SEEB-RS ainda revelou os seguintes dados referentes ao ano de 2009:

- 30% dos bancários já sofreram algum acidente de trabalho.
- Segundo o INSS, do total de afastamentos por transtornos mentais por mais de 90 dias, 10% são de bancários.
- 26% dos trabalhadores afastados com Síndrome do Túnel do Carpo (STC) são bancários.
- A cada 10 mil bancários, 520 adoecem em decorrência do trabalho que realizam.

⁹Numa das publicações de 2002 do jornal sindical O Espelho, via-se em nota de capa: “Atingimos todas as metas, agora queremos ser recompensados”.

¹⁰Pesquisa datada de 1997, citada por Jinkings, op. cit. p. 246 e 247. [[QUAL ANO?]]

¹¹Fonte: <<http://www.contrafcut.org.br/noticias.asp?CodNoticia=19365&CodSubItem=29>>. Acesso em: 24 ago. 2011.

Os dados citados anteriormente demonstram a vulnerabilidade da categoria bancária. Com o avanço tecnológico, aliado às novas formas de gestão do trabalho, houve uma intensificação e uma maior tensão na vida dos trabalhadores bancários. Cabe recordar que, de 1994 a 2002, o número de funcionários no setor bancário diminuiu de 558.692 para 409.627, representando uma queda de postos de trabalho bancário de mais de 26% no período.

Em meio à chamada crise financeira mundial, os bancos nacionais e estrangeiros que operam no Brasil fecharam 1.354 postos de trabalho no primeiro trimestre de 2009, conforme levantamento elaborado pelo Dieese e pela Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro (Contraf-CUT). Nos três primeiros meses daquele ano, o setor bancário demitiu 8.236 funcionários e contratou 6.882. Vale ressaltar que ainda no ano de 2009 houve um incremento de 134 milhões de contas correntes e de poupança, representando uma expansão na ordem de 19% nesse tocante.

Segundo a pesquisa, a redução de postos de trabalho concentrou-se nos cargos com maior remuneração e as admissões foram principalmente de profissionais em início de carreira. Esse movimento representou uma redução média de salários de 54,45% entre os grupos de demitidos e de contratados. Os desligados no primeiro trimestre recebiam remuneração média de R\$ 3.939,84, enquanto os contratados recebiam salário médio de R\$ 1.794,46. A redução da remuneração também se refletiu no nível médio de escolaridade dos funcionários das instituições do ramo financeiro. A maior parte dos desligados (60,04%) tinha educação superior completa. Por seu turno, entre os admitidos, a maior parte tem ensino médio completo e educação superior incompleta (78,1%)¹².

A reedição da mesma pesquisa em 2010 demonstrou que houve uma expansão de postos de trabalho no setor financeiro da ordem de 2.840 vínculos no primeiro trimestre desse ano, sendo 11.053 contratações contra 8.213 desligamentos. O total de bancários no primeiro trimestre de 2010 chegou a aproximadamente 435.000 trabalhadores. Talvez, tal expansão tenha sido impulsionada pelo reaquecimento da economia no período, bem como pelas fusões e admissões no âmbito dos bancos oficiais, com destaque para o BB que elevou em aproximadamente 25% o seu quadro funcional de 2006 a 2010. Todavia, a tendência da substituição dos trabalhadores bancários com maior remuneração por novos contratados com salários menores se manteve, representando uma redução salarial média de 37,85% entre esses dois segmentos.

A dimensão da precariedade do trabalho bancário do setor financeiro brasileiro foi bordada numa pesquisa de mestrado de 2009 pelo psicólogo Marcelo Augusto Finazzi Santos, na Universidade de Brasília. O pesquisador apurou que entre 1996 e 2005, a cada 20 dias,

¹²Fonte: <www.dieese.org.br/esp/pesquisaEmpregoBancario05.pdf>. Acesso em: 24 jul. 2011.

um bancário cometeu suicídio por causa das pressões por metas, excesso de tarefas e pavor do desemprego. Os dados são uma constatação segundo a qual o capital rentista no Brasil é orientado para o imperativo do lucro sem que haja a contrapartida do cuidado com a saúde mental e física dos trabalhadores do setor. O cenário imediatamente pretérito à idealização do suicídio por parte do trabalhador bancário é assim definido pelo pesquisador:

De forma alternativa, imaginemos que o funcionário se dedica ao máximo para ‘dar conta do recado’, trabalhando até a exaustão para aprender as tarefas e superar as dificuldades, fazendo com que o chefe lhe dê mais e mais tarefas, sobrecarregando-o incansavelmente. Não existe mais vida fora da empresa, pois a sobrejornada já é permanente. Não há noites livres nem fins de semana. Em qualquer dos cenários, a auto-estima do funcionário se “arrasta no chão”, de forma que ele passa a pensar que, de fato, é incapaz, um mal empregado. Ele é levado a acreditar que a situação é apenas culpa dele e em decorrência de sua incompetência. O trabalho domina por completo a psique do sujeito, o qual dorme e acorda – quando não passa a noite em claro ou desperta repentinamente na madrugada – com o pensamento fixo nas tarefas inexistentes ou nas que ficaram por fazer. Crises sucessivas de choro, o martírio das noites de domingo, o sentimento de inutilidade. Dias após dias, sem a expectativa de fim. Qual a perspectiva de um cenário deste na vida de um trabalhador? Suas saúdes físicas e mentais permaneceriam inabaladas? (SANTOS, 2009, p.202).

Outra característica marcante na contemporaneidade no universo bancário diz respeito à intensificação dinâmica da fragmentação do trabalho. Pelos processos de racionalização e flexibilização – viabilizados pelo avanço tecnológico – os bancos se permitiram terceirizar inúmeras atividades. Inegavelmente, mesmo em funções outrora consideradas estratégicas, a terceirização radical absorveu inúmeros postos de trabalho bancário. O processo de simplificação do trabalho permitiu o avanço de empresas terceirizadas, sobretudo nos centros de processamentos de dados e distribuição de serviços dos bancos. Vale ressaltar que com a difusão e o barateamento dos custos da informatização muitos desses centros de processamento foram, de fato, extintos a partir da década de 1990.

No ramo do serviço bancário podem ser identificadas, hoje, inúmeras subcategorias de bancários. Existem, além dos bancários privados e oficiais, ou seja, os bancários regularmente contratados, imenso número de “bancários” terceirizados. Faz-se mister ressaltar que nesses segmentos terceirizados existem múltiplas subdivisões de trabalhadores exercendo a prática de serviços bancários. No grupo de bancários regularmente contratados, podem ser encontrados, ainda, o bancário “veterano” e o “novato”, sem mencionar os bancários que exercem cargos de

confiança, os chamados bancários “comissionados”. No segmento de “bancários” terceirizados encontram-se inúmeros segmentos de trabalhadores, podendo ser classificados quanto à remuneração, quanto à atividade, ou quanto ao local de trabalho. Talvez, a expansão mais expressiva de trabalhadores exercendo atividades bancárias fora do âmbito dos bancos na atualidade seja representada pelo segmento chamado de “correspondente bancário”. Tais trabalhadores executam serviços básicos de pagamento e recebimento de documentos em terminais de caixa localizados em farmácias, loterias, correios e outros.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A crescente incorporação dos avanços tecnológicos e científicos à produção reafirma a tendência de redundância do trabalho vivo para produção da riqueza. Nesse sentido, a reprodução do capital expulsa, gradativamente, a dimensão do trabalho da esfera produtiva, porém insiste na centralidade do trabalho para a realimentação da forma do valor. Essa contradição em processo do capital, ao conferir propulsão à gradativa substituição do trabalho vivo pelo trabalho morto na produção, faz emergir um quadro caótico do ponto de vista social. A expansão da “força-de-trabalho crescentemente supérflua” (MÉSZÁROS, 2002), explicitada pelo aumento da composição orgânica do capital, atinge globalmente inúmeros segmentos. No entanto, a tendente obliteração do metabolismo do capital, negando o trabalho vivo para sua reprodução, encontra nas formas contratendências uma alternativa de impor uma bitola ao sistema. Nesse cenário, percebe-se que o capital financeiro, ao longo do século passado e início do século XXI, emerge enquanto essencial no sentido de conferir garantia à reprodução do capital, em termos mundiais.

O capital rentista encarna a função de catalisadora das poupanças mundiais, incorporando consideráveis fatias da mais-valia globalmente produzida, distribuindo tal riqueza de acordo com as necessidades de reprodução do capital. Na realidade, essa distribuição heterônima da poupança mundial tende a encobrir a contradição central do sistema do capital, ou seja, a obsolescência da forma valor. A rigor, o capital financeiro viabiliza o movimento de transnacionalização do capital numa dinâmica de financeirização da economia em escala global. Assim, por intermédio do capital financeiro mundial, o capital produtivo pode, inclusive, garantir recursos para novos incrementos tecnológicos, acirrando ainda mais radicalmente a tendência de substituição do trabalho vivo pelo trabalho objetivado. Tal financiamento, por sua vez, garante uma sobrevida ao sistema, possibilitando a expansão da composição orgânica do capital. Porém, essa forma de conferir propulsão ilimitada à produtividade acaba por acirrar uma tendente dificuldade em realização da mais-valia, tendo como consequência imediata os surgimentos das crises de

superprodução e da tendência decrescente da taxa de lucro. A eclosão de tais crises expressa a insuficiência do capital financeiro em conter as manifestações da contradição em processo do sistema do capital, exigindo que outras forças contratendências sejam acionadas, com especial destaque, para o incentivo às formas de “criação destrutiva”, como os conflitos beligerantes, a “produção destrutiva” e a “produção perdulária” (MÉSZÁROS, 2002).

Em tal cenário, vislumbra-se, com o avanço tecnológico e a substituição do trabalho vivo pelo trabalho morto, uma redução drástica do número de bancários pelo mundo. Pode-se prever, ainda, uma provável concentração e centralização de capital nesse setor. Existirá, futuramente, sem dúvida, uma ainda maior “homogeneização” dos serviços bancários, contribuindo sobremaneira para os fluxos dos processos relativos a fusões e incorporações interbancárias. Todos esses fatores contribuirão para a constante transformação do perfil do funcionário bancário. Quiçá no futuro apenas existam meros “acompanhadores” de máquinas autônomas. Vale lembrar, nesse sentido, que mesmo os trabalhos considerados outrora mais “qualificados” no universo bancário, relacionados, por exemplo, à venda de produtos e gerenciamento de negócios, já são passíveis de execução pelo próprio usuário, lançando mão dos meios comunicacionais e/ou eletrônicos.

Pode-se concluir que o bancário “de novo tipo” é um receptor, sem muitas reservas, da dominação do capital que lhe impõe transformações recorrentes em sua esfera laboral, sobretudo, pelo avanço do aparato tecnológico. Ao ser impedido de refletir sobre sua circunstância histórica concreta, o bancário atualmente, como o trabalhador da indústria, submete-se, sem apelo, ao domínio heterônomo do capital. A categoria bancária e o próprio movimento sindical não foram capazes, até então, de reformular uma alternativa de resistência à vulnerabilidade na qual estão imersos. Quando muito – e estamos falando aqui da minoria – se consegue enxergar aspectos fenomênicos da dominação do capital. Pode-se citar, por exemplo, a verificação da simplificação e a intensificação das tarefas bancárias, em função do incremento tecnológico, e as consequências desse dinamismo para a saúde do trabalhador bancário. No entanto, as respostas coletivas da classe bancária, na maioria dos casos, se limitam às fronteiras negociadas amigavelmente com o capital rentista. Não somente os “novos” bancários – talvez esses pela empolgação devido ao ingresso na carreira e, em muitos casos, no mercado de trabalho – mas, também, os bancários veteranos e as lideranças sindicais não conseguem vislumbrar, em geral, alternativas que não sejam a “qualificação profissional” ou o retorno nostálgico do “antigo banco”. O quadro parece indicar uma ausência de consciência mais crítica da realidade social por parte da categoria, dificultando a formulação de estratégias eficazes ante a vulnerabilidade do trabalho bancário imposta pela acumulação do capital rentista.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, R. **Adeus ao Trabalho?** São Paulo: Ed. Cortez, 1998.

_____. **Os Sentidos do Trabalho.** São Paulo: Ed. Boitempo, 1999.

CHESNAIS, F. **Mundialização do Capital.** São Paulo: Chama, 1996.

DRUCK, M. G. **Terceirização (des) Fordizando a Fábrica.** Salvador: Edufa, 1999.

HARVEY, D. **Condição Pós-moderna.** São Paulo: Loyola, 1989.

HIFELDING, R. **O Capital Financeiro.** (*Os economistas*) São Paulo: Ed. Nova Cultural, 1985.

JINKINGS, N. **O Mister de Fazer Dinheiro.** São Paulo: ED. Boitempo, 1995.

_____. **Trabalho e resistência na “Fonte Misteriosa”:** Os Bancários no Mundo da Eletrônica e do Dinheiro. São Paulo: UNICAMP, 2002.

KURZ, R. **O Colapso da Modernização:** da derrocada do socialismo de Caserna à Crise da Economia Mundial. São Paulo: Ed. Paz e Terra, 1993.

_____. A Dominação Sem Sujeito. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL TEORIA CRÍTICA RADICAL, A SUPERAÇÃO DO CAPITALISMO E A EMANCIPAÇÃO HUMANA, 2000, Fortaleza. **Anais...** Fortaleza: Instituto de Filosofia da Práxis, 2000.

_____. **As Perfídias do Capital Financeiro.** 2004. Digitado. Disponível em: <<http://obeco.planetaclix.pt/rkurz159.htm>>.

MARX, K. **Elementos Fundamentais para la crítica de la economía política (Borrador) GRUNDRISSE.** Buenos Aires: Ed. Siglo XXI, 1974a. v 1 e 2.

_____. **O Capital:** crítica da Economia Política. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1974b. (Processo de produção do capital, livro 3).

_____. **O Capital Crítica à Economia Política.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1974c. v 1. (Processo de produção do capital, livro 1).

_____. **Os Pensadores.** Org. José Arthur Giannotti. São Paulo: Ed. Abril Cultural, 1978.

_____. **Conseqüências Sociais do Avanço Tecnológico (Grundrisse)**. Apresentação: Rudi Supek. Apêndice: “prefácio” – À Contribuição para Crítica da Economia Política “Exposição do Materialismo Histórico”. São Paulo: Ed. Populares, 1980.

_____. **O Capital**: Volumes I, II, III, IV e V – Os Economistas. São Paulo: Ed Nova Cultural, 1985.

MARX, K.; ENGELS F. **Manifesto do Partido Comunista**. São Paulo: Global Editora, 1986.

MÉSZÁROS, S. Para além do Capital. São Paulo: Ed. Boitempo, 2002.

PONTE, J. R. T. **O Trabalho no Labirinto do Mito da Responsabilidade Socioambiental**: a experiência da Cidadania Empresarial no Banco do Brasil. 2011. 379 f. Tese (Doutorado em Ciências em Sociais) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2011.

RIFKIN, J. **O Fim dos Empregos**: São Paulo: Makron Books, 1995.

SANTOS, Marcelo Augusto Finazzi. Patologia da solidão: o suicídio de bancários no contexto da nova organização do trabalho. 2009. 223 f. Dissertação (Mestrado em Administração)-Universidade de Brasília, Brasília, 2009.